

LEI Nº 7.750, DE 31 DE MARÇO DE 1992

Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento, e dá outras providências O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Política Estadual de Saneamento

SEÇÃO I

Conceituação

Art. 1º A Política Estadual de Saneamento reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dele decorrentes e tem por finalidade disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de Saneamento do Estado, respeitada a Autonomia dos Municípios.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Saneamento do Saneamento Ambiental, como o conjunto de ações, serviços e obras que têm por

objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados;

II – Salubridade Ambiental, como a qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de

doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas favoráveis à saúde da população urbana e rural;

III – Saneamento Básico, como as ações, serviços e obras considerados prioritários em programas de saúde pública, notadamente o abastecimento público de água e a coleta e tratamento de esgotos.

Art. 3º As ações decorrentes da Política Estadual de Saneamento serão executadas através dos seguintes instrumentos:

I – Plano Estadual de Saneamento, aqui definido como o conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle

que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e a execução das ações de Saneamento

no Estado de São Paulo;

II – Sistema Estadual de Saneamento – SESAN, aqui definido como conjunto de agentes institucionais

que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, interagem de modo articulado, integrado e cooperativo para formulação, execução e atualização do Plano Estadual

de Saneamento de acordo com os conceitos, os princípios, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos da Política Estadual de Saneamento aqui estabelecidos;

III – Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, aqui, caracterizado como o instrumento institucional de caráter financeira, destinado a reunir e canalizar recursos financeiros para a execução dos programas do Plano Estadual de Saneamento.

SEÇÃO II

Dos Princípios

Art. 4º A Política Estadual de Saneamento orienta-se pelos seguintes princípios:

I – o ambiente salubre, indispensável, à segurança sanitária e à melhoria de qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de assegurá-lo;

II – do primado da prevenção de doenças sobre o seu tratamento;

III – as obras e as instalações públicas de infra-estrutura sanitária constituem patrimônio de alto valor

econômico e social e como tal devem ser consideradas nas ações de planejamento, construção, operação, manutenção e administração, de modo a assegurar a máxima produtividade na sua utilização;

IV – para que os benefícios do saneamento possam ser efetivos e alcançar a totalidade da população, é essencial a atuação articulada, integrada e cooperativa dos órgãos públicos municipais,

estaduais e federais relacionados com saneamento, recursos hídricos, meio ambiente, saúde pública, habitação, desenvolvimento urbano, planejamento e finanças;

V – a prestação dos serviços públicos de saneamento será orientada pela busca permanente da máxima produtividade e melhoria da qualidade.

SEÇÃO III

Dos Objetivos

Art. 5º A Política Estadual de Saneamento tem como objetivos:

I – assegurar os benefícios da salubridade ambiental à totalidade da população do Estado de São Paulo;

II – promover a mobilização e a integração dos recursos institucionais, tecnológicos, econômico-financeiros e administrativos disponíveis, visando a consecução do objetivo estabelecido no

inciso anterior;

III – promover o desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial dos serviços públicos de Saneamento no Estado de São Paulo;

IV – promover a organização, o planejamento e o desenvolvimento do setor de saneamento no Estado

de São Paulo.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes

Art. 6º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Estadual

de Saneamento orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I – a destinação de recursos financeiros administrados pelo Estado far-se-á segundo critérios de melhoria de saúde pública e do meio ambiente, de maximização da relação benefício/custo e da potencialização do aproveitamento das instalações existentes, bem como do desenvolvimento da capacidade técnica, gerencial e financeira das entidades beneficiadas;

II – a utilização dos Recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, inclusive nas operações a

fundo perdido, deverá ser acompanhada de contrapartida da entidade tomadora, a fim de que esta tenha efetiva participação no empreendimento e, por outro lado, os recursos do fundo possam beneficiar o maior número de comunidades;

III – o desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial dos serviços públicos de saneamento depende da adoção de normas relativas a tarifas ou outras formas de cobrança compatíveis com esse objetivo, a serem definidas pelo Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, visando assegurar a necessária racionalidade na utilização dos recursos financeiros do

Fundo Estadual de Saneamento - FESAN;

IV – para a adequada gestão técnica, administrativa e financeira dos serviços públicos de saneamento, é essencial que tais serviços contêm com profissionais qualificados e legalmente habilitados;

V – a utilização dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN ficará condicionada à adoção, por parte da entidade beneficiada, das políticas de qualificação e habilitação

profissional emanadas do Conselho Estadual de Saneamento – CONSEAN;

VI – o Sistema Estadual de Saneamento – SESAN deverá fomentar a implantação de soluções conjuntas, mediante planos regionais de ação integrada;

VII – em articulação com os Municípios e a União, o Sistema Estadual de Saneamento- SESAN deverá valorizar o processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, notadamente de concentrações urbanas e industriais, a fim de inibir os custos sociais e sanitários que lhes são inerentes, objetivando resolver problemas de escassez de recursos hídricos, congestionamento físico, dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição, enchentes, destruição de áreas verdes, assoreamento de rios, favelas e outras conseqüências;

VIII – as ações decorrentes do Plano Estadual de Saneamento deverão considerar a educação sanitária da população e observar a necessária compatibilidade com os registros epidemiológicos;

IX – o Sistema Estadual de Saneamento – SESAN deverá formular mecanismos que assegurem a participação da sociedade civil organizada no planejamento e controle dos serviços e obras de

saneamento, tendo como determinantes, para definição de prioridades, os indicadores de saúde pública e de meio ambiente;

X – os serviços de saneamento deverão integrar-se com os demais serviços públicos de modo assegurar prioridade à segurança sanitária e ao bem-estar ambiental da população;

XI – as ações, obras e serviços de saneamento serão planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública cabendo aos órgãos e entidades por

elas responsáveis o licenciamento, fiscalização e controle dessas ações, obras e serviços, nos termos

de sua competência legal;

XII – o Plano Estadual de Saneamento deverá ser elaborado com base na bacia hidrográfica como unidade de planejamento, compatibilizado com o Plano Estadual de Recursos Hídricos;

XIII – o sistema de informações sobre saneamento deverá ser compatibilizado com o sistema de informações sobre recursos hídricos.

SEÇÃO V

Do Rateio de Custos das Obras

Art. 7º As ações, serviços e obras de saneamento, de interesse regional, plurimunicipal, comum ou coletivo, terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento, atendidos os seguintes princípios e diretrizes:

I – a construção das obras referidas neste artigo, dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, no qual seja estabelecido o rateio de custos e as normas de retorno dos investimentos;

II – na aplicação do disposto no presente artigo deverão ser consideradas a capacidade econômica e

situação sanitária, social e ambiental das regiões ou comunidades a serem beneficiadas.

CAPÍTULO II

Do Plano Estadual de Saneamento

SEÇÃO I

Da Natureza do Plano

Art. 8º O plano Estadual de Saneamento, elaborado com base em Planos Regionais de Saneamento

Ambiental, será quadrienal e aprovado por lei, cujo projeto deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Governador, do qual deverão constar, obrigatoriamente, a revisão, atualização e consolidação do Plano anteriormente vigente.

§ 1º As necessidades financeiras para elaboração, implantação e revisão do Plano Estadual de Saneamento deverão constar das leis sobre o Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento

anual do Estado.

§ 2º O Plano Estadual de Saneamento deverá ser elaborado de forma articulada com o Plano Estadual de Recursos Hídricos e com as políticas estaduais de saúde pública e de meio ambiente.

Art. 9º Para avaliação da eficácia do Plano Estadual de Saneamento, o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN fará publicar, até 30 de abril de cada ano, os relatórios sobre a Situação da

Salubridade Ambiental da Região, de cada região ou sub-região em que o Estado será dividido, objetivando dar transparência à administração pública e subsídios às ações dos Poderes Executivos e

Legislativo de âmbitos municipal, estadual e federal.

§ 1º O relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo será elaborado

tomando-se por base o conjunto de relatórios sobre a situação de salubridade ambiental das regiões.

§ 2º Os relatórios definidos no "caput" deste artigo deverão conter, no mínimo:

I – avaliação da salubridade ambiental;

II – avaliação do cumprimento dos programas previstos nos vários planos regionais e no do Estado;

III – a proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas no vários planos regionais e no do Estado;

IV – as decisões tomadas pelo Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e pelas Comissões

Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN previstas no artigo 15 desta Lei.

§ 3º Os referidos relatórios deverão ter conteúdo compatível com sua finalidade e com os elementos

que caracterizam os Planos Estadual e Regionais de Saneamento.

§ 4º Os relatórios definidos no "caput" deste artigo consolidarão os eventuais ajustes aos planos, decididos pelas Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN e pelo Conselho Estadual

de Saneamento – CONESAN.

§ 5º O regulamento desta Lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação dos relatórios.

SEÇÃO II

Do Conteúdo

Art. 10º O Plano Estadual de Saneamento e os Planos Regionais de Saneamento Ambiental conterão:

I – caracterização e avaliação da situação de salubridade ambiental no Estado de São Paulo, através de indicadores sanitários, de saúde e ambientais, indicando os fatores causais e suas relações com as deficiências detectadas, bem como as suas conseqüências para o desenvolvimento econômico e social;

II – estabelecimento de objetivos de longo alcance e de metas de curto e médio prazos, de modo a projetar estados progressivos de desenvolvimento da salubridade ambiental no Estado;

III – identificação de obstáculos reais ou potenciais, de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, jurídica, administrativa, cultural e tecnológica que se interponham à consecução

das metas e objetos estabelecidos;

IV – formulação de estratégias, políticas e diretrizes para a superação dos obstáculos identificados;

V – formulação, de modo articulado e integrado, das ações necessárias à realização das metas e objetivos estabelecidos, considerando as estratégias, políticas e diretrizes concebidas para a superação dos obstáculos identificados;

VI – cronograma de execução das ações formuladas;

VII – caracterização, qualificação, quantificação, mobilização e desenvolvimento dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, econômico-financeiros, institucionais e administrativos necessários à

execução das ações formuladas;

VIII – formulação dos mecanismos de articulação e integração dos agentes que compõem o Sistema

Estadual de Saneamento – SESAN, visando ao seu envolvimento eficaz na execução das ações formuladas;

IX – definição dos programas e projetos que conferem estrutura, organização e poder de conseqüência às ações formuladas;

X – formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficácia das ações programadas;

XI – formulação de mecanismos e procedimentos para a prestação de assistência técnica e gerencial

em saneamento, aos Municípios, pelos órgãos e entidades estaduais/

§ 1º O Plano Estadual de Saneamento incluirá, entre outros, um programa permanente destinado a promover o desenvolvimento institucional dos serviços públicos de saneamento, para o alcance de níveis crescentes de desenvolvimento técnico, gerencial, econômico e financeiro e melhor aproveitamento das instalações existentes.

§ 2º Nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, definidas na forma do artigo

153 da Constituição Estadual, os planos previstos no "caput" deste artigo deverão considerar o desenvolvimento, a organização e a execução de ações, serviços e obras de interesse comum para o

saneamento ambiental, respeitada a autonomia municipal.

CAPÍTULO III

Do Sistema Estadual de Saneamento

SEÇÃO I

Da Caracterização e Objetivos

Art. 11. O Sistema Estadual de Saneamento – SESAN – é composto, direta ou indiretamente, entre outros, dos seguintes agentes:

I – os usuários dos serviços públicos de saneamento;

II – as concessionárias, as permissionárias e os órgãos municipais e estaduais prestadores de serviços públicos de saneamento;

III – as Secretarias Estaduais e Municipais envolvidas direta ou indiretamente no saneamento e na Saúde Pública do Estado e dos Municípios;

IV – as entidades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico e gerencial de Saneamento;

V – os órgãos gestores de recursos hídricos e demais recursos ambientais pertinentes ao campo de

atuação do Saneamento;

VI – os órgãos responsáveis pelo planejamento estratégico e pela gestão financeira do Estado;

VII – as empresas consultoras, construtoras, fabricantes e fornecedoras de materiais, equipamentos e

serviços de saneamento;

VIII – os órgãos responsáveis pela Saúde Pública do Estado;

IX - as associações profissionais que militam no saneamento e outras organizações não governamentais;

X – os órgãos estaduais responsáveis pela promoção do desenvolvimento dos municípios;

XI – os consórcios intermunicipais por bacias hidrográficas.

Art. 12º. O Sistema Estadual de Saneamento – SESAN, como instrumento catalisador, articulador e

integrador dos agentes institucionais referidos no artigo anterior para a realização da Política Estadual

de Saneamento, será concebido, estruturado e operacionalizado com base nos seguintes problemas:

I – os serviços públicos de saneamento de âmbito municipal serão prestados pelo Poder Executivo Municipal, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão:

II – os serviços públicos de Saneamento de âmbito regional serão geridos mediante articulação e integração intermunicipal ou entre o Estado e os Municípios;

III – a conformação do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN se ampara no preceito constitucional que obriga o Estado a desenvolver mecanismos institucionais e financeiros que assegurem os benefícios do Saneamento à totalidade da população.

§ 1º A conjugação das premissas estabelecidas nos incisos I a III deste artigo far-se-á por meio da formulação e implantação de mecanismos de articulação e integração entre o Estado e os municípios,

para que os respectivos compromissos constitucionais possam ser cumpridos harmonicamente em benefício da população.

§ 2º - Qualquer que seja a modalidade de prestação do serviço público de Saneamento, a entidade responsável obrigará-se-á ao cumprimento da legislação sanitária e ambiental em vigor, que determina

os níveis de desempenho técnico e gerencial que nortearão o processo de articulação e integração entre o Município e o Estado, na promoção da saúde da população, por meio do Saneamento.

§ 3º A atuação da União nas ações de Saneamento no Estado será potencializada e racionalizada pela interação com o Sistema Estadual de Saneamento – SESAN.

§ 4º O órgão concessionário ou permissionário de serviços públicos de saneamento, nos termos do inciso I deste artigo, criará canais de interlocução com o Poder Executivo Municipal, ao qual será assegurada a participação e o acompanhamento das ações, serviços de seu interesse.

Art. 13. As funções básicas que definem o caráter do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN

– são as seguintes:

I – elaboração, execução e atualização do Plano Estadual de Saneamento;

II – formulação e implantação de mecanismos de articulação e integração intermunicipal e entre o Estado e os Municípios para o tratamento de questões de saneamento cuja solução dependa de equacionamentos de âmbito regional;

III – formulação e implantação de mecanismos de articulação entre os Municípios e a União;

IV – formulação e implantação de mecanismos de articulação e integração com outros Estados, para o equacionamento e solução de problemas de Saneamento de interesse comum;

V – promoção do afluxo de recursos financeiros para o Saneamento do Estado;

VI – formulação e implantação de mecanismos de gestão que assegurem a aplicação racional de recursos públicos por meio de critérios que maximizem a relação entre os benefícios gerados e os custos das obras, instalações e serviços de saneamento;

VII – formulação e implantação de mecanismos de gestão que assegurem o cumprimento da legislação sanitária e ambiental em vigor;

VIII – formulação e implantação de mecanismos de gestão que promovam o desenvolvimento tecnológico e a capacitação de recursos humanos no campo do saneamento;

IX – aperfeiçoamento da legislação pertinente;

X – formulação e implantação de mecanismos de gestão que promovam o desenvolvimento institucional, gerencial e técnico dos serviços de Saneamento do Estado;

XI – promoção da integração participativa dos agentes referidos no artigo 12 desta Lei;

XII – promoção do desenvolvimento do sistema de informações em Saneamento para o Estado de São Paulo;

XIII – formulação e implantação de mecanismos de articulação e integração dos órgãos da Administração Estadual envolvidos direta ou indiretamente com o Saneamento;

XIV – formulação e implantação de mecanismos de articulação e integração com as Políticas Estaduais e Nacionais de Saúde Pública, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano e Habitação e com os planos municipais, regionais, estaduais e nacionais de desenvolvimento, respeitando-lhes o âmbito de suas respectivas competências e atuação.

SEÇÃO II

Do Modelo de Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento

Art. 14. Para assegurar os benefícios do saneamento à totalidade da população, o Sistema Estadual de Saneamento – SESAN deverá contar com mecanismos institucionais e financeiros que permitam a

ação articulada e integrada entre o Estado e os Municípios, cabendo:

I – no Estado ou à entidade intermunicipal, na formada lei estadual, a gestão das questões intermunicipais, visando racionalizar ações de interesse comum dos Municípios;

II – aos Municípios, o gerenciamento das instalações e serviços de saneamento essencialmente municipais, coordenando as ações pertinentes com os serviços e obras de expansão urbana

horizontal e vertical, pavimentação, disposição de resíduos, drenagem de águas pluviais, uso e ocupação do solo e demais atividades de natureza tipicamente local.

Parágrafo único. O Estado assegurará condições para a correta operação. Necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionárias sob seu controle acionário.

SEÇÃO III

Da Estrutura

Artigo 15. Ficam criados, como órgãos colegiados consultivos e deliberativos, de nível estratégico, com composição, organização, competência e funcionamento definidos em regulamento desta lei, os seguintes:

(1) I – Conselho Estadual de Saneamento – CONSESAN, de nível central;

II – Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN, de nível Regional.

(1) Veja Decreto n.º 39.741, de 23.12.94

Parágrafo único. A área geográfica de atuação das Comissões Regionais de Saneamento Ambiental –

CRESAN deverá ser delimitada com base na Unidade Hidrográfica estabelecida no âmbito do sistema

integrado de gerenciamento de recursos hídricos e harmonizada com o Plano Estadual de Saneamento.

Art. 16. O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, assegurada a participação paritária dos

municípios em relação ao Estado, será composto por:

I – Secretários do Estado ou seus representantes, cujas atividades se relacionem com o saneamento, a saúde pública, a proteção ao meio ambiente, o planejamento estratégico e a gestão financeira do Estado;

II – dirigentes de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado com atuação em saneamento;

III – representantes municipais de cada Comissão Regional de Saneamento Ambiental, eleitos em pares.

§ 1º O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN será presidido pelo titular da Secretaria de Estado responsável pelo saneamento básico.

§ 2º Também integrarão o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, na forma que dispuser o

regulamento desta Lei, representantes da sociedade civil organizada.

Art. 17 As comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN, assegurada a participação paritária dos municípios em relação ao Estado, serão compostos por:

I – representantes de Secretarias do Estado cujas atividades se relacionem com o saneamento, a saúde pública, a proteção ao meio ambiente, o planejamento estratégico e a gestão financeira do Estado, com atuação na região ou sub-região correspondente;

II – representantes de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, cujas atividades se relacionem com os recursos hídricos, o saneamento, a saúde pública e a proteção ao meio ambiente, com atuação na região ou sub-região correspondente;

III – representantes de Municípios diferenciados, no que se refere a aspectos de atendimento em saneamento, indicadores de saúde pública, condições sócio-econômicas, ambientais e políticas;

IV – representantes dos consórcios intermunicipais cujas atividades se relacionem com o saneamento,

sediados na região ou sub-região correspondente;

V – representantes da Sociedade Civil, sediados na região ou sub-região, respeitado o limite máximo

de um terço do número total de votos provenientes de:

a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

a) usuários dos serviços públicos de saneamento, representados por entidades associativas;

a) associações especializadas em saneamento ambiental, entidades de classe e associações comunitárias.

§ 1º – Os representantes de Municípios, referidos no inciso III deste artigo, serão escolhidos em reunião plenária dos prefeitos, ou seus representantes, da região ou sub-região.

§ 2º As Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN serão presididas por um de seus

membros, eleitos por seus pares.

§ 3º As reuniões das Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN serão públicas.

§ 4º As Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN poderão criar Câmaras Técnicas

de caráter consultivo para o tratamento de questões de interesse para o saneamento/

§ 5º Terão direito a voz, nas reuniões das Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN, representantes, devidamente credenciados, dos poderes executivo e legislativo dos municípios que compõem as respectivas regiões ou sub-regiões.

Art. 18. Compete ao Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – discutir e aprovar propostas de projetos de lei referentes ao Plano Estadual de Saneamento, assim

como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento do Estado;

II – aprovar o relatório anual sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo;

III – exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Saneamento;

IV – estabelecer diretrizes para a formulação de programas anuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN;

V – decidir originariamente os conflitos no âmbito do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN,

conforme dispuser o regulamento desta lei;

VI – articular-se com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com vistas à compatibilização do Plano Estadual de Saneamento com o Plano Estadual de Saneamento com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 19. Às Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN compete, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – aprovar o Plano Regional de Saneamento Ambiental para integrar o Plano Estadual de Saneamento e suas atualizações;

II – promover estudo, divulgação e debates dos programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;

III – apreciar o relatório anual sobre A Situação de Salubridade Ambiental da Região;

IV – articular-se com os Comitês de Bacias Hidrográficas com vistas à compatibilização das propostas

de saneamento com as de recursos hídricos para a região ou sub-região correspondente;

V – acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN,

em seu âmbito.

Art. 20. O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e as Comissões Regionais de Saneamento

Ambiental – CRESAN contarão com Secretaria Executiva que terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – coordenar a elaboração periódica do Plano Estadual de Saneamento e dos Planos Regionais de

Saneamento Ambiental, submetendo-os ao Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e às respectivas Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN;

II – coordenar a elaboração periódica do Relatório sobre a Situação da Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo e dos relatórios sobre a Situação da Salubridade Ambiental da Região, para cada região ou sub-região, submetendo-os ao Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN e às

respectivas Comissões Regionais de Saneamento Ambiental – CRESAN;

III – promover a articulação com o Sistema Nacional de Saneamento, com os Estados e Municípios;

IV – realizar os trâmites necessários à inserção do Plano Estadual de Saneamento nos projetos de lei

do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do Estado;

V – articular-se operacionalmente com a instituição de crédito responsável pela gestão financeira do

Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, com vistas à realização das atividades inerentes à execução do Plano Estadual de Saneamento;

VI – articular-se com fontes de financiamento para compor o Fundo Estadual de Saneamento – FESAN;

VII – formular as políticas técnico-gerenciais e preparar a documentação para que as autoridades do

Estado se articulem entre si e com as entidades municipais e federais, bem com organismos internacionais e pessoas de direito privado;

VIII – coordenar a prestação de assistência técnica aos municípios, em saneamento, por órgão e entidades estaduais;

IX – coordenar o desenvolvimento de sistemas de informações sobre saneamento, de interesse para

o Estado;

X – fomentar o desenvolvimento tecnológico e gerencial em saneamento ambiental;

XI – fomentar o desenvolvimento técnico-gerencial das entidades concessionárias e permissionárias e

dos serviços municipais de saneamento, com destaque para a melhoria da qualidade, o aumento da

produtividade e a modernização gerencial;

XII – fomentar a valorização do profissional atuante em saneamento;

XIII – promover a integração participativa dos agentes do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN;

XIV – coordenar as demais atividades necessárias ao exercício das funções do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN.

Artigo 21. A Secretaria Executiva terá organização estabelecida em regulamento, devendo contar com apoio técnico, jurídico e administrativo dos órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN, com cessão de funcionários, servidores e instalações.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva deverá atuar junto às Comissões Regionais de Saneamento

Ambiental – CRESAN, assessorando-as técnica e administrativamente de forma descentralizada.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Estadual de Saneamento

SEÇÃO I

Da Gestão

Art. 22. Fica constituído o Fundo Estadual de Saneamento – FESAN para dar suporte financeiro à Política Estadual de Saneamento.

Parágrafo único. O Fundo Estadual de Saneamento – FESAN reger-se-á pelas normas estabelecidas neste lei bem como no seu regulamento.

Art. 23. O Fundo Estadual de Saneamento – FESAN será um fundo rotativo, de modo a gerar recursos financeiros permanentes e crescentes para o saneamento, devendo possuir mecanismos que coibam improdutividade na sua aplicação.

§ 1º Os Programas do Plano Estadual de Saneamento que se destinam a promover o desenvolvimento

tecnológico, gerencial, institucional, de recursos humanos, do sistema de informações em saneamento

e dos demais programas caracterizados como de apoio, serão também suportados com os recursos

financeiros do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, nos termos do regulamento desta Lei.

§ 2º Aos financiamentos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN aplicar-se-á o disposto no inciso

II do artigo 6º desta Lei.

§ 3º A manutenção permanente dos recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN será assegurada pelo retorno das operações de crédito para financiamento de ações, serviços e obras de saneamento.

Art. 24. A supervisão do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN será feita por um Conselho de Orientação composto por membros indicados entre os componentes do Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, observada a paridade entre o Estado e os Municípios.

Parágrafo único. O Fundo Estadual de Saneamento - FESAN será administrado, quanto aos aspectos

de gestão financeira, por instituição financeira do Estado.

Art. 25. O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN fixará, anualmente, em função das necessidades decorrentes da formulação, execução e atualização do Plano Estadual de Saneamento,

o percentual dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN destinado à Secretaria Executiva, com a finalidade de dar suporte ao exercício das atribuições estabelecidas no

artigo 20 desta Lei.

Parágrafo único. O Plano Estadual de Saneamento é o único instrumento hábil para orientar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN.

SEÇÃO II

Da Origem dos Recursos

Art. 26. Constituirão recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, dentre outros:

I – recursos provenientes de alocações orçamentárias específicas;

II – as transferências da União destinadas à execução de planos e programas decorrentes da execução da Política Nacional de Saneamento;

- III – as transferências de outros fundos estaduais para a realização de obras e serviços de saneamento de interesse comum;
- IV – empréstimos e outras contribuições financeiras;
- V – recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;
- VI – o retorno das operações de crédito contratadas;
- VII – o produto de operações de crédito;
- VIII – as rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- IX – recursos eventuais;
- X – doações.

SEÇÃO III

Das Aplicações dos Recursos

Art. 27. Os recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN serão aplicados nos programas e projetos do Plano Estadual de Saneamento, bem como no atendimento do previsto no artigo 25 desta

Lei, vedada a sua utilização para o pagamento de dívidas e coberturas de déficits dos órgãos ou entidades envolvidos direta ou indiretamente na Política Estadual de Saneamento.

§ 1º Os recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN serão aplicados basicamente em financiamento com taxa de retorno não inferior à remuneração das contas do Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço, sendo que a concessão de subsídios ou a destinação de recursos a fundo perdido

dependerão da comprovação de interesse público relevante e de riscos elevados à saúde ou à segurança pública.

§ 2º O total das aplicações a taxas subsidiadas ou a fundo perdido não poderá superar 10% dos recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN.

§ 3º Poderão ser despendidos no máximo 10% dos recursos do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN com despesas de custeio, pessoal, planejamento e projetos de engenharia.

§ 4º O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN fixará anualmente os percentuais de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo.

Art. 28. O Fundo Estadual de Saneamento – FESAN será organizado mediante subcontas que permitam a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes a gestão autônoma dos recursos

financeiros pertinentes a cada região ou sub-região.

Parágrafo único – A alocação de recursos financeiras nas diversas subcontas far-se-á em conformidade com as prioridades estabelecidas no Plano Estadual de Saneamento.

Art. 29. Os órgãos e entidades estaduais participantes do Sistema Estadual de Saneamento – SESAN

deverão ser reorganizados para atender eficazmente as disposições desta Lei, devendo o Poder Executivo propor os projetos de lei ou expedir os decretos necessários, em até 180 (cento e oitenta)

dias a contar da data de sua publicação.

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da

data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 31. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 1º O Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, instituído por meio desta Lei, será o sucessor do

Fundo Estadual de Saneamento Básico – FESB, sub-rogado todos os seus direitos e obrigações, cabendo ao Regulamento desta Lei estabelecer as adaptações necessárias para esse fim e estabelecer formas de articulação com outros fundos destinados à realização das Políticas Estaduais

de Recursos Hídricos, de Saúde Pública e do Meio Ambiente, objetivando racionalizar a aplicação de recursos financeiros.

Art. 2º O primeiro Plano Estadual de Saneamento deverá ser encaminhado pelo Governador até 30 de

junho de 1992, à Assembléia Legislativa, que apreciará e aprovará na forma da lei.

Art. 3º Fica desde já criada a Comissão Regional de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana

de São Paulo, cuja organização será proposta pelo Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN,

em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei.

§ 1º Na primeira reunião do Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, será aprovado o estatuto da Comissão Regional referida neste artigo.

§ 2º A implantação da Comissão Regional referida neste artigo será feita por meio de Grupo Executivo

designado pelo Poder Executivo e deverá contar com a participação dos municípios que compõem a

Região Metropolitana de São Paulo.

Art. 4º A criação das demais Comissões Regionais de Saneamento Ambiental ocorrerá a partir de 1

(um) ano de experiência da efetiva instalação da Comissão prevista no artigo anterior, incorporando as

avaliações dos resultados e as revisões dos procedimentos jurídico-administrativos aconselháveis, no

prazo máximo de 5 (cinco) anos, na seqüência que for estabelecida no Plano Estadual de Saneamento.